

Com este texto pretendo partilhar alguns resultados e interrogações decorrentes de uma investigação efectuada no âmbito de um doutoramento sobre gestão prática de fronteira e processos de identificação na raia central luso-espanhola. Este artigo centra-se numa análise dos discursos sobre contrabando colhidos em duas freguesias do concelho de Idanha-a-Nova e do papel do contrabando na construção deste concelho como lugar turístico. Através desta análise interrogo a ideia de conflito entre contrabandistas e Estado, ideia que tem norteado grande parte da análise antropológica sobre o tema nesta fronteira e que não tem constituído objecto de debate.

[CONTRABANDO, FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA, IDANHA-A-NOVA, MUDANÇA SOCIAL, TURISMO]

article

Contrabandos no “concelho mais português de Portugal”

Eduarda ROVISCO

Centro de Estudos de Antropologia Social
Centro em Rede de Investigação em Antropologia
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
eduarda.rovisco@gmail.com

I.

A entrada em vigor do Mercado Único Europeu em 1993 não constituiu apenas um marco na circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais, instituindo-se também como momento de detonação da produção de conhecimento sobre contrabando na fronteira luso-espanhola. Com efeito, se antes de 1993 se podiam contar pelo menos 12 títulos na literatura de ficção portuguesa que abordavam o tema (cf. Marques 2004), na produção antropológica nacional deparávamos com brevíssimas referências ao contrabando (ver, por exemplo, Dias, 1953; Cutileiro, 1977) e uma tese inédita realizada no âmbito de uma licenciatura em antropologia (Santinho, 1984). Depois desta data, o panorama inverte-se, tendo sido produzidos por antropólogos portugueses vários textos dedicados ao tema (Godinho, 1995; Luz, 1998; Afonso, 2003; Fonseca e Freire, 2003; Amante, 2004; Maçarico,

2005; Cunha, 2005, 2006a, 2006b; Lavado, 2006). Se adicionarmos os textos de antropólogos espanhóis (Uriarte, 1994; Cáceres e Valcuende, 1996; Valcuende, 1998; Medina García, 2003) e ainda textos portugueses ou espanhóis produzidos por outras disciplinas (Blanco-Carrasco, 1995; Salvado, 1996; Melón Jiménez, 1999; Ramos, 2001; Ferreira, 2005; Baptista, 2005; Cabanas, 2006; AAVV, 2007; Cabezado & Gutiérrez, 2007) torna-se evidente que a abordagem do contrabando passou do domínio da ficção - maioritariamente integrada no movimento neo-realista - para o domínio das ciências sociais.

A maioria destes textos resulta de investigações desenvolvidas em simultâneo (os textos supracitados produzidos por antropólogos portugueses foram na sua maioria publicados depois da elaboração do projecto desta investigação), conduzindo a uma certa repetição no tipo de abordagens e inviabilizando a execução prévia de um estado da questão que direcione a investigação. Muitos destes textos referem mesmo a ausência de bibliografia sobre o tema dado o seu carácter de clandestinidade, sublinhando a urgência de salvar a memória de uma prática dada como extinta. Contudo, nem todos os textos resultam do propósito de resgatar a memória do contrabando. Os trabalhos citados de Uriarte, Valcuende del Río, Melón Jiménez, Amante, Cunha e Salvado abordam o contrabando na medida em que este se revela incontornável em investigações sobre esta fronteira. Para Cunha, se “a fronteira constitui a coluna vertebral que articulou os vizinhos raianos, o contrabando foi quase sempre a seiva que alimentou essa relação.” (2006: 171). Amante afirma mesmo que “É absolutamente impossível falar da raia e dos raianos sem falar de contrabando” (2004:132) ou que:

“O contrabando (...) tem um papel decisivo na formação da identidade da raia e dos raianos. A razão disto prende-se com o facto de a fronteira e o contrabando serem em larga medida extensão um do outro. O raiano não concebe a existência da fronteira sem

o contrabando, nem consegue definir aquilo que é a fronteira sem ser por referência explícita e directa à prática do contrabando. Da mesma maneira não consegue definir o raiano sem ser pela referência à sua história pessoal como contrabandista: ser raiano é antes de tudo, ter um passado como contrabandista.” (2004: 133)

Sublinho que foi este primado das narrativas sobre contrabando no discurso dos raianos sobre a fronteira, que determinou a centralidade que este tema veio a ocupar na minha investigação¹.

Não sendo meu propósito proceder aqui à recensão de todos os textos produzidos sobre contrabando na fronteira luso-espanhola, devem ser referidas algumas linhas de orientação comuns a este corpo de conhecimento. Desde logo, denota-se uma maior incidência das investigações na fronteira centro e sul e no contrabando dito “de sobrevivência”. Por outro lado, a maioria destas investigações incidem apenas em um dos lados da fronteira. Em alguns dos seus troços é possível efectuar uma leitura cruzada de investigações efectuadas em cada um dos seus flancos. É este o caso do estimulante exercício de complementaridade a que convidam os trabalhos de Luís Cunha e Medina García que se ajustam não apenas por constituírem análises efectuadas de cada um dos flancos da raia, como ainda ao nível da escala de análise utilizada e das abordagens propostas: Medina García analisa o contrabando à luz de diferentes conjunturas político-económicas, enquanto Luís Cunha

¹ Investigação realizada no âmbito de um doutoramento em antropologia no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), intitulada “Gestão prática da fronteira e processos de identificação na raia central” e financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). A investigação contemplou um trabalho de campo em Zarza la Mayor (Província de Cáceres), em Salvaterra do Extremo e em Penha García (duas freguesias da concelho de Idanha-a-Nova) que decorreu ao longo de cerca de 3 anos. Foram ainda efectuadas entrevistas em muitas outras localidades da raia espanhola que confina com o concelho de Idanha-a-Nova e em outras freguesias deste concelho, assim como do concelho do Sabugal.



centra a investigação em elementos narrativos reveladores do papel do presente na construção dos actuais discursos sobre o contrabando.

Um outro denominador comum a vários textos consiste numa abordagem do contrabando centrada no confronto entre Estado e contrabandistas, de que são exemplo os textos supracitados de Santinho, Godinho, Luz, Fonseca e Freire, Cabanas e Amante.

O texto de Santinho analisa a identidade dos habitantes de Quadrazais, através de categorias como espaço e tempo, procedendo a uma análise da estratificação social dos contrabandistas, da honra, do segredo e dos seus heróis. Segundo a autora, os contrabandistas “culpam o sistema estatal da situação tão insegura em que sempre foram obrigados a viver.” (1984: 140), apontando o Estado e as autoridades como entidades destituídas de moralidade nas suas relações com os contrabandistas, e o contrabando como única forma de manter a honra dos quadrazenhos, honra esta definida pela capacidade de assegurar economicamente as suas famílias.

Paula Godinho, partindo dos conceitos de “sociedades parciais com culturas parciais” de Kroeber (1948), de “grande e pequena tradição” de Redfield (1956) e de “ética de subsistência entre o campesinato” de Scott (1976), analisa a racionalidade do contrabando enquanto estratégia integrada que visa assegurar a economia da casa. Numa análise semântica do termo contrabando em vários dicionários, a autora afirma:

“Esta vastidão semântica explanada nos dicionários, ao dar o significado erudito do fenómeno que abordamos, permite-nos detectar a carga negativa que recobre o termo. Os representantes da «grande tradição» (Redfield, 1956), da cultura citadina que transporta os valores englobantes da sociedade em que se inserem as pequenas comunidades de camponeses, de forma exterior e etnocêntrica classificam como contrabando o complemento da economia

doméstica que permite a sobrevivência de agregados rurais, que impede a sua desvalorização em termos de rank local, que constitui uma forma socialmente tolerada de mobilidade social ascendente.

Na perspectiva estatocêntrica é compreensível a remissão do comércio clandestino para o terreno da ilegalidade, valorando-o negativamente nas diversas entradas de dicionário” (1995: 211, 212)

Na esteira de Godinho, Luz analisa o contrabando em Montalvão a partir dos conceitos de “grande e pequena tradição” de Redfield, fazendo assim contrastar duas visões do contrabando:

“Podemos mesmo afirmar que no interior desta comunidade, [a prática do contrabando] não é tida como ilegal. Para os montalveneses a ilegalidade da prática do contrabando é algo que advém do exterior e com o que têm de se confrontar, muito embora não a pensem nem a sintam como tal. (...) Ao nível da “pequena tradição”, ou seja, ao nível do conhecimento local, a actividade perde toda a conotação negativa que lhe é atribuída pelo exterior e ganha um carácter positivo.” (1998: 60)

No mesmo sentido aponta a primeira frase do texto de Cabanas: “O contrabando é visto geralmente pela sociedade como uma prática repugnante, destruidora dos mais elementares princípios da moral e dos bons costumes” (2006: 11) deixando assim implícito o seu propósito de lhe opor a visão local: “O contrabando é aqui visto como sinónimo de trabalho e este foi sempre uma honra para as gentes do campo.” (2006: 84).

Também Amante revela uma leitura do contrabando pautada pelo conflito entre Estado e raianos:

“O contrabando, representou, a reacção dos raianos ao isolamento a que estiveram votados durante a maior parte da sua vida e também uma estratégia local de contorno do poder central. O Estado é para

os raianos uma entidade perfeitamente abstracta e profundamente distante, não lhe reconhecem nenhuma capacidade de intervenção na sua vida nem méritos no seu próprio sucesso, assumindo que tradicionalmente houve uma divergência entre a retórica de fronteira difundida pelo Estado e aquela que é a realidade da vida na fronteira, destacando sempre uma assimetria entre os interesses do Estado e os interesses locais. (...) O contrabando, na mente do contrabandista, representa uma infracção que é cometida contra uma entidade perfeitamente abstracta, o Estado. Não o entendem como crime contra o indivíduo ou contra a propriedade individual.” (2004: 135, 145)

No texto “O contrabandista, já se sabe, era da oposição”, Fonseca e Freire vão ainda mais longe ao revelarem que o contrabando não é apenas interpretado como uma actividade de resistência económica ao Estado, mas ainda como um acto de oposição política ao regime:

“Nos discursos produzidos actualmente, os contrabandistas não se vêem apenas como subversivos (pelo não cumprimento das leis fiscais), eles assumem quase como a consequência natural da sua actividade uma faceta de opositores políticos ao regime vigente. Trata-se de um exemplo paradigmático de uma actividade de resistência económica a que é atribuída, posteriormente, uma intenção dissonante da intenção original: a de oposição política ao regime” (2003: 74)

Antes de passar à análise das práticas e discursos sobre contrabando colhidos na raia de Idanha-a-Nova – discursos estes que tendem a contraditar a leitura do contrabando enquanto prática de resistência ao Estado -, importa precisar a definição de contrabando produzida pelo Estado, bem como a forma como as populações utilizam o termo.

Segundo Medina García, em Espanha, a Ley

Penal y Procesal en Materia de Contrabando y Defraudación de 1929, “vigente durante la posguerra, definía el contrabando como «la ilícita producción, circulación, comercio o tenencia de géneros estancados o prohibidos»” (2003: 117). Terá sido a Ley de Contrabando y Defraudación (Dec. de 11/9/1953) que:

“abrió la puerta a una acepción más amplia, al considerar como infracción de contrabando el comercio con géneros de lícito comercio. La Ley de Contrabando de 1964 difuminó aún más la clásica distinción entre contrabando y defraudación, al considerar el contrabando como una infracción tributaria más. (...) A partir de la ley de 1964 se catalogaba como contrabando, además de las diversas operaciones realizadas con objetos estancados o prohibidos... «la importación o exportación de mercancías sin presentarlas para su despacho en las oficinas de Aduanas»” (2003: 117)

Em Portugal, a evolução da noção de contrabando foi similar. O Contencioso Aduaneiro de Setembro de 1894 apresenta uma definição de contrabando assente na natureza legal ou ilegal das mercadorias sendo, assim, similar à lei espanhola supracitada de 1929. Esta definição viria em Portugal a ser alterada pelo Contencioso Aduaneiro aprovado pelo Decreto-Lei nº 31664 de 21/11/1941 que define no artigo 35º contrabando como: “toda a acção ou omissão fraudulenta que tenha por fim fazer entrar no País ou sair dele quaisquer mercadorias sem passarem pelas Alfândegas”, opondo-se a descaminho, definido pelo artigo 41º como:

“toda a acção ou omissão fraudulenta que tenha por fim retirar das Alfândegas ou passar através delas quaisquer mercadorias sem serem submetidas ao competente despacho ou mediante despacho com falsas indicações, de modo quer a obter a entrada ou saída de mercadorias de importação ou exportação proibida, quer a evitar o pagamento total ou parcial dos direitos e mais imposições estabelecidas sobre a importação ou exportação.”



O objectivo destas novas concepções de contrabando e descaminho relaciona-se, segundo Amadeu Martins, com a intenção de alargar o âmbito da aplicação do delito de contrabando, libertando-o da relação com as mercadorias proibidas que se haviam tornado relativamente reduzidas (1955: 15) e, ainda, torná-lo mais claro e operacional, centrando a sua definição no local onde o delito era praticado e não no tipo de produtos.

Na raia, excluindo as autoridades, raro é o contrabandista que refere esta distinção entre contrabando e descaminho, entendendo-se por contrabando todo o tipo de trocas comerciais clandestinas efectuadas com as populações do outro lado da fronteira, independentemente de passarem ou não pelas alfândegas e dos produtos serem ou não proibidos.

Deve ainda ser notado no que concerne à vigilância do contrabando, que em Espanha:

“El Instituto de Carabineros (...) ejercía desde mediados del S. XIX como resguardo de las fronteras y estaba encargado de vigilar y reprimir todos los actos que pudieran ser constitutivos de faltas o delitos de contrabando (...). Dependía directamente del Ministro de Hacienda, el cual podía delegar esta función en la subsecretaría. El Inspector General de Carabineros ejercía de coordinador general y de cabeza visible del Cuerpo; el cual estaba organizado en circunscripciones y en unidades (puestos, secciones y compañías), a cargo de generales jefes de circunscripción y de las distintas unidades respectivamente. La Ley de 15 de marzo de 1940 de la propia Jefatura del Estado suprimió la Inspección General de Carabineros, a la vez que reorganizó el Cuerpo de la Guardia Civil, donde quedó integrado el interior. El espíritu de la reforma de 1940 no estaba exento de reconocimiento a la labor de la Guardia Civil en favor del triunfo de los nacionales; por contra, los carabineros, en su mayor parte fieles a la República, sufrieron las consecuencias de esta reorganización”

(Medina Garcia, 2003: 235)

Com uma estrutura similar ao Instituto de Carabineros foi criada, em Portugal, a Guarda Fiscal

a 17 de Setembro de 1885, tendo sido integrada na Guarda Nacional Republicana a 26 de Março 1993.

II.

Os discursos colhidos na raia do concelho de Idanha-a-Nova² indicam a existência de 3 motores de interacção entre as populações portuguesas e espanholas em meados do século XX: a) o contrabando; b) a procura de trabalho por parte de portugueses nos campos da raia espanhola; c) as idas a festas e bailes no país vizinho, maioritariamente empreendidas por portugueses do sexo masculino no que concerne à frequência de bailes. Contudo, o contrabando ter-se-á instituído como o grande impulsor de contactos transfronteiriços, tanto pelo maior número de pessoas que envolvia, como pela maior frequência das deslocações. O discurso da maioria da população é coincidente com a questão colocada por um habitante de Salvaterra do Extremo: “As pessoas só iam a Espanha por causa do contrabando. Atão o que iam lá a fazer mais?! (...) Atão se não fosse o contrabando, o que iam lá fazer?”

Após a Guerra Civil de Espanha, a política intervencionista de Franco na década de 40 sobre a produção, comércio, preços, salários e circulação de mercadorias, que contemplou a pena de morte para os seus infractores (Medina Garcia, 2003: 112, 113) e impôs, entre 1939 e 1952, as discriminatórias senhas de racionamento (distintas em função da pertença a meios rurais ou urbanos e do estatuto económico-social dos sujeitos) desencadeou o alastramento da economia informal, canalizando produtos para o mercado paralelo, vendidos a preços de tal forma elevados que se tornavam inacessíveis à maioria da

² Pertencente ao distrito de Castelo Branco, este concelho possui 1413 km², uma densidade demográfica de 8,3 habitantes por km², e um índice de envelhecimento de 453%, o terceiro mais elevado do conjunto dos concelhos raianos portugueses de acordo com o censo efectuado em 2001.

população. Na raia espanhola, o contrabando foi a estratégia utilizada por muitos para escapar à fome e à pobreza extrema, permitindo o abastecimento das famílias e ainda um rendimento suplementar decorrente da sua revenda em povoações mais distantes da fronteira. Com efeito, o contrabando intensificou-se de tal forma no final da guerra que, em muitas localidades, as populações afirmam que este nasceu com a Guerra Civil.

Na tentativa de contextualizar o contrabando praticado neste troço da raia a um nível nacional, analisei documentação de arquivo relativa a apreensões efectuadas pela Guarda Fiscal em toda a fronteira luso-espanhola para anos das décadas de 40 e 50. Esta análise permitiu concluir que a raia de Idanha se situa na transição entre o norte e o sul da fronteira tanto ao nível do número de apreensões efectuadas quanto ao nível do tipo de produtos contrabandeados³.

Das 5 freguesias fronteiriças do concelho de Idanha-a-Nova, Salvaterra do Extremo e Penha Garcia⁴ terão sido as duas localidades onde um maior

³ A norte regista-se um maior número de apreensões por habitante e um maior peso dos têxteis (confeções e bombazina), produtos de perfumaria e cosmética, calçado, sabão, bebidas alcoólicas e ferramentas agrícolas. A sul regista-se um maior peso do café, de produtos alimentares, utensílios domésticos (sobretudo loiça), mobiliário, produtos farmacêuticos, cortiça e tabaco. Verifica-se um maior peso dos produtos provenientes de Espanha na fronteira norte e dos produtos de exportação na fronteira sul. Na década de 40 observa-se, na fronteira sul, um muito maior peso das apreensões de produtos alimentares, designadamente farinha, com destino a Espanha, o que se encontra relacionado com os contrastes da estrutura fundiária entre o norte e o sul da Península Ibérica, e que neste período de pós-guerra concorreram para a maior fragilidade em termos alimentares das populações da raia espanhola no sul.

⁴ Considerados o celeiro da Beira Baixa, os campos de Idanha constituíam em meados do século XX a zona mais setentrional do latifúndio (e, no período da Reforma Agrária, também da sua zona de intervenção) decorrente da concentração de terras, no século anterior, nas mãos de uma ínfima minoria de proprietários que propiciou a proletarianização da população, impondo assimetrias económicas e sociais típicas do latifúndio. Contudo, e uma vez que o concelho de Idanha constitui uma área de transição entre o norte e o sul do país, são múltiplos os contrastes entre as duas freguesias. Em meados do século

número de indivíduos se terá envolvido no contrabando na segunda metade do século XX. Contudo, são muitos os contrastes entre o contrabando praticado nestas duas freguesias, nomeadamente ao nível da participação feminina, produtos contrabandeados, meios de transporte utilizados e período de declínio destas práticas.

Se tanto em Salvaterra quanto em Penha Garcia se detecta um corte nas práticas do contrabando produzido em finais dos anos 40, marcado pelo declínio da exportação clandestina de produtos alimentares e pelo aumento da exportação clandestina de café oriundo de Campo Maior (ver Cunha, 2006a, 2006b), o comércio ilícito deste produto adquiriu contornos distintos nas duas freguesias.

Contrariamente a Penha Garcia, onde a participação das mulheres no contrabando na segunda metade do século XX foi residual, em Salvaterra, a

XX, as terras de Salvaterra do Extremo encontravam-se nas mãos de pouco mais de meia dúzia de famílias, sendo o grosso da população constituído por assalariados temporários, que encontravam no contrabando a única via de solvência económica nos longos períodos de desemprego. Ao longo da década de 60, grande parte da população de Salvaterra ter-se-á fixado na cintura industrial de Lisboa. Entre 1960 e 2001 Salvaterra do Extremo perdeu 81,5% da população. O último censo contabilizava 203 residentes, 56,2% dos quais com 60 anos ou mais e apenas 14,8% com menos de 30 anos. Note-se ainda que 24,1% da população com 10 anos ou mais não sabe ler nem escrever.

Apesar de situada mais a norte, localizava-se em Penha Garcia uma das maiores propriedades do país, conhecida por Herdade ou Granja do Vale Feitoso com cerca de 7.500 ha, com um enorme peso na economia da freguesia, aí residindo grande parte da população em meados do século trabalhando como rendeiros (já que boa parte da propriedade não era explorada directamente pelos proprietários) ou como assalariados permanentes ou temporários. Muitos são os contrastes com Salvaterra e que se reflectem na paisagem, na arquitectura, na maior religiosidade da população de Penha Garcia, ou no seu posicionamento político mais à direita. A partir do início da década de 60, muitos habitantes de Penha Garcia começaram a emigrar (maioritariamente para França) ou a fixar-se na área metropolitana de Lisboa. Entre 1960 e 2001 Penha Garcia perdeu 61% da sua população. Em 2001 contava com 928 residentes, com uma pirâmide etária ligeiramente menos invertida que Salvaterra, mas com uma taxa de analfabetismo consideravelmente superior (44,7%) atingindo assim grupos etários mais jovens.



proximidade a Zarza la Mayor aliada à maior disponibilidade das mulheres (que aqui não participavam em grande parte dos trabalhos agrícolas, nomeadamente nas colheitas de cereal) produziu uma grande envolvimento feminino no comércio clandestino transfronteiriço.

Outra distinção prende-se com a organização do contrabando de café praticado pela população masculina. Em ambas as freguesias, estes homens –envolvendo-se no contrabando tanto pela ausência de emprego durante a maior parte do ano, como pela grande diferença de remuneração obtida no contrabando e nos trabalhos agrícolas– organizavam-se em quadrilhas compostas por um ou dois elementos que geriam as operações e obtinham os lucros decorrentes da venda do café e um número variável de homens contratados a frete, i.e., pagos para transportarem café para Espanha. Nas duas freguesias estas quadrilhas operavam apenas durante a noite (contrariamente às mulheres que actuavam durante o dia) e, de um modo geral, não traziam quaisquer mercadorias de Espanha para Portugal.

Em Salvaterra, estas quadrilhas raramente ultrapassavam os 12 elementos, deslocando-se a pé a Ceclavín, Acehuche, Garrovillas, Mata de Alcántara, ou mesmo Zarza la Mayor, com 25 quilos de café às costas. Este tipo de organização persistiu até 1973, ano em que o contrabando masculino se dissolveu, na sequência da morte por afogamento de um contrabandista no decurso da travessia de um rio.

Em Penha Garcia, na década de 50, a maioria dos contrabandistas de café começaram a utilizar cavalos no transporte deste produto, tendo sido formadas duas extensas quadrilhas de *cafezeiros* (nome atribuído aos contrabandistas que transportavam café a cavalo) cada uma das quais transportando 80 quilos de café para Placencia, Montehermoso, Valverde del Fresno, Eljas, Guijo de Coria, Coria, Moraleja, Calzadilla. Deste modo, o volume de café contrabandeado bem como os lucros obtidos eram muito superiores aos de Salvaterra. A posse de um cavalo

determinou nestas décadas (50, 60 e 70) uma nova ordem na estratificação social dos contrabandistas em Penha Garcia, dicotomizada em patrões vs criados. Possuir um cavalo constituía condição necessária para trabalhar por conta própria no contrabando de café a cavalo. Ter mais do que um cavalo permitia contratar a frete tantos homens quanto o número de cavalos excedentários que se possuía.

Em Penha Garcia, o contrabando não terminou com o declínio do comércio clandestino de café decorrente da descolonização⁵ de vastas áreas onde este produto era cultivado, em especial, situadas em Angola. É aliás a revolução de 1974 que vem trazer um novo impulso ao contrabando praticado nesta localidade, já que, entre Abril de 1974 e as ocupações de terras no âmbito da Reforma Agrária, inúmeros latifundiários do Ribatejo e Alentejo entregaram o gado das suas herdades a contrabandistas de Penha Garcia para que estes o transportassem para Espanha⁶. Gado que, com as desocupações, voltou a ser reintroduzido em Portugal com o auxílio dos mesmos contrabandistas.

O período da Reforma Agrária é geralmente narrado como uma espécie de prólogo do contrabando de gado que, em Penha Garcia, se intensificou a partir de finais da década de 70 e foi praticado até à abertura da fronteira, inserindo-se nas redes luso-espanholas que envolveram veterinários, talhos, matadouros, produtores e comerciantes de gado, guardas fiscais, etc. O comércio clandestino de gado foi

⁵ Descolonização decorrente da Revolução de 25 de Abril de 1974 que pôs termo a 48 anos de um regime ditatorial, 36 dos quais com Oliveira Salazar como Presidente do Conselho de Ministros.

⁶ Segundo Margarida Fernandes: “As primeiras ocupações encontravam justificação, implícita ou explicitamente, no articulado de legislação contra a sabotagem económica, estabelecida pelo decreto-lei 660/74, de 25 de Novembro, que advogava a intervenção estatal em empresas cujos proprietários manifestamente descurassem a gestão dos seus negócios e que, deliberadamente, criassem dificuldades financeiras nas empresas, incluindo os que contrabandeavam bens e capitais para outros países.” (2006: 111).

conduzido localmente pelas mesmas pessoas que lideraram o contrabando de café a cavalo, consistindo sobretudo na importação clandestina de gado bovino, caprino e ovino bastante velho e muitas vezes doente e moribundo, e também na exportação de novilhos, embora em menor quantidade.

Para além do contrabando de gado e de café, muitos contrabandistas de Penha Garcia envolveram-se ainda no auxílio à emigração clandestina na década de 60, no contrabando de tabaco americano nas décadas de 60, 70 e 80 e no transporte transfronteiriço de bacalhau, fruta e produtos congelados (que, na década de 80 chegava à fronteira em camiões) embora de forma intermitente, intercalando-o com o negócio de gado.

As entrevistas realizadas em várias localidades portuguesas e espanholas apontam claramente para um abandono do contrabando cada vez mais tardio à medida que caminhamos para norte, tópico também detectável na documentação judicial⁷. As grandes diferenças entre o contrabando praticado nas freguesias do norte e do sul do concelho podem, quanto a mim, ser explicadas pela proximidade de Penha Garcia a Valverde del Fresno, responsável pela inclusão da primeira localidade nas redes de contrabando formadas por indivíduos de Valverde del Fresno e de localidades do concelho do Sabugal, especialmente do Soito⁸.

⁷ Os 277 Processos de Corpo de Delito / Autos de Inquérito (PCD/AI) relativos a contrabando entre 1940 e 1993 consultados no Arquivo do Tribunal Judicial da Comarca de Idanha-a-Nova (ATJCIN) corroboram esta ideia. Esta documentação revela que 81% das apreensões efectuadas em Penha Garcia entre 1940 e 1993 foram realizadas na década de 80. Em Salvaterra, este valor desce para 20,9%.

⁸ A freguesia do Soito é frequentemente apontada como a mais rica do distrito da Guarda devido aos capitais acumulados no contrabando. Nos anos 40, algumas pessoas do Soito começaram a organizar-se em sociedades em torno da exportação clandestina de estanho para minas espanholas na área de Valverde del Fresno. Inicialmente o transporte de estanho era feito a pé, sendo a exigência de mão-de-obra de tal forma elevada que se procedia à contratação de homens nas aldeias circundantes, tendo chegado a realizarem-se greves

Estas diferenças nas práticas de contrabando entre o norte e o sul da fronteira do concelho de Idanha -tanto do lado português como do lado espanhol- produzem divergências ao nível dos discursos actualmente produzidos sobre o contrabando. No sul, uma vez que estas práticas terminaram mais cedo, a memória do contrabando encontra-se muito mais associada à memória da Guerra Civil de Espanha e da fome na década de 40, sendo os discursos sobre o contrabando bastante mais negativos.

Uma das questões cruciais das narrativas sobre contrabando colhidas na raia de Idanha prende-se com uma permanente afirmação de que os homens espanhóis, implicados nestas redes, muito raramente participaram no transporte transfronteiriço deste produto.

“Os espanhóis não vinham cá. Não vinham cá. Nós é que lhe íamos lá a levar tudo. Os espanhóis são mais espertos que os portugueses. Vinham cá as espanholas coitaditas e também levavam café. Os homens espanhóis não vinham cá. Os espanhóis estavam lá muito bem descansadinhos e não vinham cá.”

(Ex-contrabandista, Salvaterra do Extremo)

Esta diminuta presença de contrabandistas espanhóis do sexo masculino nas aldeias da raia portuguesa que, segundo os locais, impunha aos portugueses o transporte do café, com o esforço e

reivindicando melhores salários. Na década de 50 começaram também a usar cavalos diminuindo assim as exigências de mão-de-obra e o poder negocial dos contrabandistas contratados a frete. Os lucros deste negócio foram a partir dos anos 60 investidos no contrabando de tabaco, negócio a que muitos homens do Soito se dedicaram durante várias décadas. Estes contrabandistas asseguravam o transporte do tabaco desde o local onde este era descarregado dos barcos na costa portuguesa até às grandes cidades espanholas. Sendo o contrabando praticado no Soito indissociável do de Valverde del Fresno uma vez que as redes eram compostas por contrabandistas das duas localidades, a proximidade de Penha Garcia a Valverde del Fresno constitui certamente um dos factores que terá contribuído para as diferenças que têm vindo a ser referidas.



o risco daí decorrente, é geralmente justificada pela população portuguesa através de traços como a altivez, a arrogância e o temor, atributos omnipresentes nas representações que tecem sobre os espanhóis. Todavia, não terão certamente sido alheios a este reduzido cruzar de fronteira por parte de contrabandistas espanhóis, os entraves psicológicos resultantes da repressão franquista e, por outro lado, as vantagens económicas para a população da raia portuguesa decorrentes da exclusividade do transporte transfronteiriço do café.

A população do concelho de Idanha diferencia os habitantes de Valverde del Fresno (cujos homens viriam a Portugal buscar café) das populações de Zarza la Mayor, Piedras Albas, Alcántara, etc (cujos homens não se deslocariam tanto a Portugal). Em Penha Garcia, tal como em algumas freguesias de Penamacor e do Sabugal, a população de Valverde é mesmo descrita através de adjectivos geralmente atribuídos aos portugueses (honestidade, coragem, humildade, capacidade de trabalho), tendo sido frequentemente referido que a população de Valverde é “meio portuguesa” pelo facto de ser “muito contrabandista”. As narrativas sobre contrabando colhidas, quer do lado português quer do lado espanhol, instituem um paralelismo entre ser contrabandista e ser português, justificado localmente pelo facto de os portugueses serem melhores e mais contrabandistas que os espanhóis e porque os segundos não possuem os atributos adequados para o contrabando, sendo necessário “aportuguesarem-se” para se tornarem bons contrabandistas.

Uma outra questão capital nas narrativas sobre contrabando relaciona-se com os confrontos com as autoridades. Como qualquer acto de rememoração, estas tendem a remeter as rotinas para zonas de sombra e a enfatizar os acontecimentos extraordinários (Connerton, 1999: 31). São, pois, os relatos destes confrontos que constituem o tema central das narrativas sobre o contrabando, verbalizados em dois tons distintos: o registo jocoso patente nas histórias sobre

a argúcia dos contrabandistas e a sua vitória sobre as autoridades -histórias estas contadas sobretudo em espaços públicos como os cafés e a rua- e o registo pungente, relacionado com episódios de agressões, detenções e mortes de contrabandistas -narrados em espaços domésticos.

Os contrabandistas deste troço da raia afirmam comumente que as autoridades portuguesas foram mais tolerantes do que as espanholas invocando três argumentos.

Em primeiro lugar, sublinham a repressão das autoridades espanholas até aos anos 70, que passou por práticas de tortura e disparos sobre os contrabandistas, tendo sido colhidos vários depoimentos de contrabandistas agredidos e alvejados pelas autoridades espanholas. Em Penha Garcia, por exemplo, foram alvejados 6 *cafezeiros*, tendo todos sobrevivido aos disparos.

Em segundo lugar, sublinham a maior tolerância das autoridades portuguesas em relação ao contrabando de exportação. Embora também tenha sido referida uma equivalente tolerância da Guardia Civil em relação ao contrabando de produtos que circulavam no sentido Espanha - Portugal, deve ser notado que, na segunda metade do século XX, o contrabando nestas localidades fez-se maioritariamente no sentido Portugal - Espanha. A transigência das autoridades portuguesas é enfatizada através da tolerância em relação ao contrabando de café. Com efeito, não só o discurso dos contrabandistas e dos próprios guardas fiscais, como ainda a documentação de arquivo consultada corrobora esta postura. Veja-se o caso de uma carta dirigida por um contrabandista de Monção a Salazar com data de 14/6/1963:

“Nós pobres residentes na área do Concelho de Monção vimos pedir a V. Ex^a para que continue o regime de liberdade de Trânsito a passagem de café em grão para Espanha, pois de contrário teremos de emigrar para França para não morrermos de fome, pois nesta zona de fronteira não há qualquer indústria

e a lavoura não dá nada. Não queríamos deixar as nossas famílias e os nossos filhos para irmos procurar sustento a outra Nação, mas da forma que está a proceder o senhor Tenente da Guarda Fiscal desta vila, mandando apreender tudo que apareça, mas em especial o café, teremos de tomar qualquer resolução (...) O café não faz falta no nosso País, pois muito está a apodrecer nas nossas províncias ultramarinas e podíamos angariar cada vez mais divisas com a saída do café para Espanha. (...) Sr. Ministro, pedíamos para resolver a nossa situação, pois, até agora sempre íamos ganhando um bocado no café que [le]vamos para Espanha, mas agora estamos na miséria. Ponha V. Ex^a o café em regime de liberdade como até aqui estava porque só vantagens trás para nós e para o Estado.”

(Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF), Fundo do Gabinete do Ministro (FGM), Série 13, Maço 1)

Atente-se ainda nas palavras de um contrabandista e dois guardas fiscais:

“Cá os nossos guardas não se importavam muito porque o café cá não se consumia e nós trazíamos [divisas].”

(Ex-*Cafezeiro*, Penha Garcia)

“A gente até tínhamos ordens verbais para deixar passar o café.”

(Ex-Comandante do Posto de Penha Garcia)

“Porque o nosso café vinha das colónias. E se não fosse assim, nós cá em Portugal não consumíamos tanto café. Sabe o que fizeram, ainda no meu tempo? Fechámos os olhos ao café. Nós estávamos no campo e quando cheirava a café deixávamos passar porque eram divisas que entravam para o nosso país.”

(Ex-Comandante da Secção da Zebreira)

Note-se que a relação entre os contrabandistas

de café - que constituem a maioria no período em análise - e as autoridades portuguesas foi muitas vezes recordada num tom humorístico tanto por contrabandistas como por guardas fiscais denunciando a ineficácia destes últimos no combate ao contrabando. No essencial, esta relação foi caracterizada de forma positiva, sublinhando-se continuamente que o contrabando era útil tanto para contrabandistas como para guardas fiscais e ainda para o próprio Estado português na medida em que permitia a exportação suplementar de grandes quantidades de café e a entrada de divisas no país. Assim, o contrabando é aqui lembrado, não como um prática de resistência quotidiana ao Estado reveladora de um conflito entre Estado e raianos, mas antes como um acto que, em boa medida, beneficiou o próprio Estado português e que contou com a cooperação da própria Guarda Fiscal.

Um terceiro argumento invocado para demonstrar a maior transigência das autoridades portuguesas relaciona-se com o elevado número de contrabandistas portugueses presos pela Guardia Civil e o reduzido número de contrabandistas (portugueses ou espanhóis) presos pela Guarda Fiscal. De um modo geral, a Guarda Fiscal limitava-se a apreender as mercadorias maioritariamente provenientes de Espanha, deixando seguir os contrabandistas, registando em acta a impossibilidade de capturar os infractores. O grosso dos actas de apreensão que integram os Processos de Corpo de Delito (PCD) e Autos de Inquérito (AI) relativos a contrabando do Arquivo do Tribunal Judicial da Comarca de Idanha-a-Nova (ATJGIN) não identificam os arguidos, referindo recorrentemente que não conseguiram “capturar nem conhecer [o arguido] por se ter posto em precipitada fuga ao ser por nós surpreendido.” (ATJGIN, PCD nº 105/60). Este comportamento contrastava com a actuação da Guardia Civil que deu lugar a um elevado número de detenções de contrabandistas portugueses.

A análise de 616 actas de apreensão de



mercadorias efectuada pela Guardia Civil de Zarza la Mayor pertencentes ao Archivo do Ayuntamiento de Zarza la Mayor (AAZM) revelou que, de um modo geral, os contrabandistas espanhóis interceptados com produtos de contrabando pelas autoridades espanholas eram libertados e os portugueses detidos por terem passado clandestinamente a fronteira.

Os contrabandistas do concelho de Idanha-a-Nova detidos em Espanha permaneciam, em média, uma semana nas prisões das localidades onde eram capturados, sendo depois transferidos para a prisão de Cáceres onde permaneciam entre 10 a 60 dias, embora existam casos de detenções de 3, 4, 9, 10 e 12 meses. Aquando da saída desta última cadeia, eram conduzidos à fronteira, sendo entregues à PIDE no posto da Beirã, ficando em geral 1 ou 2 dias presos na prisão de Castelo de Vide, sendo depois conduzidos pela PIDE ao Tribunal de Idanha-a-Nova e aí julgados pelo crime de emigração clandestina. Na sua maioria estes contrabandistas foram, neste último julgamento, absolvidos ou condenados a uma pena de 15 dias dada como cumprida.

No ATJGIN encontram-se dois maços com 77 Processos Sumários relativos a estes julgamentos nos anos de 1947-1959 a que correspondem 114 arguidos, na sua maioria mulheres residentes em Salvaterra do Extremo que, ao contrabandearem à luz do dia e ao não utilizarem práticas de corrupção tão generalizadas e eficazes quanto as quadrilhas masculinas, se encontravam mais expostas e vulneráveis à vigilância e actuação da Guardia Civil.

A actuação das autoridades –que, como afirmei, dependia do sentido de circulação de mercadorias– tem consequências ao nível dos discursos actualmente produzidos sobre as autoridades e o contrabando. Se, na sua maioria, os contrabandistas portugueses e espanhóis consideraram as autoridades espanholas mais repressivas do que as portuguesas, este discurso apresenta variações em função do tipo de contrabando efectuada pelos sujeitos. De um modo geral, os homens do concelho de Idanha-a-Nova –por

estarem envolvidos maioritariamente na exportação clandestina de café, não transportando para Portugal quaisquer mercadorias– possuem um discurso muito menos crítico em relação às autoridades portuguesas do que as mulheres que transportavam produtos nos dois sentidos. As actuais representações sobre o contrabando em localidades onde homens e mulheres nele se envolveram variam assim em função do género dos sujeitos, revelando formas e conteúdos distintos.

III.

Vários autores têm vindo a sublinhar o efeito catastrófico produzido pela abertura da fronteira na raia luso-espanhola (Uriarte, 1994: 229; Cavaco, 1995: 10; Guichard, 2000: 12). Todavia, na maioria das localidades raianas, o início do desmoronamento de um modo de vida assente na fronteira e no contrabando ocorreu bem mais cedo.

O gradual enfraquecimento das relações entre as populações raianas dos dois lados da fronteira impulsionadas pelo contrabando deriva de um longo processo iniciado a partir de 1960, que coincide com a desruralização da península ibérica. A emigração e o êxodo rural resultante do avanço da indústria transformadora, a terciarização, a desruralização e desagrarização, a litoralização, a monetarização da economia, o desenvolvimento da segurança social e a democratização do ensino (ver Barreto 1996; Viegas e Costa, 1998) produziram mudanças profundas no interior do país (coincidente com o espaço fronteiriço), transformando as relações entre as populações de ambos os lados da fronteira. E se, em muitas localidades, o contrabando sucumbe a algumas destas transformações logo na década de 60 (Luz, 1998; Medina Garcia, 2003; Maçarico, 2005), noutros lugares estas práticas persistem como expressão das muitas contradições do decénio.

Na década de 70, o declínio do contrabando

acentua-se, embora a ritmos distintos, em diferentes localidades. Se a revolução de 1974 acentuou este declínio com o aumento da protecção social e a descolonização que desencadeou o decréscimo do contrabando de café, por outro lado, veio lembrar a ancestral função da fronteira como refúgio político em períodos de convulsão social e relançar o tráfico clandestino de gado, que se estenderá pela década de 80. É também nesta década que se opera uma mudança significativa nos modos de contrabandear, através da expansão do uso de veículos motorizados no transporte de mercadorias, e conseqüentemente, de uma significativa redução do número de indivíduos envolvidos em cada operação.

Na década de 80, a adesão de Portugal e Espanha à CEE provocou o derradeiro golpe no contrabando. Os produtos espanhóis comprados clandestinamente em Espanha nas décadas anteriores invadiram as prateleiras dos supermercados portugueses e o contrabando passou a centrar-se em torno de produtos como gado, tabaco americano e estupefacientes. Acentuou-se o fosso económico-social entre o interior e o litoral onde a Europa chegou sob a forma de hipermercados, centros comerciais, da democratização do consumo e do ócio.

O choque geracional que recobriu a década de 80 entre o hedonismo da apelidada “geração sem memória” e as gerações anteriores alastrou-se ao interior do país. Para as novas gerações que nasceram, grosso modo, durante ou após os anos 70, as histórias de contrabando que ouvem dos avós parecem tão extraordinárias e distantes como a alguém que vem do litoral, e para muitos, representam um universo a combater, do qual se subtraem numa atitude de confronto aberto. A democratização do ensino impeliu os jovens que restaram nas aldeias raianas para os estabelecimentos de ensino secundário de Idanha-a-Nova e Castelo Branco. As suas redes de sociabilidade passaram a ser estruturadas cada vez mais longe da fronteira e os referentes culturais dos jovens portugueses e espanhóis tornaram-se cada vez

mais distintos. Note-se que muitos afirmaram não entender a língua do país vizinho e que, no concelho de Idanha-a-Nova, como na maioria dos concelhos da raia luso-espanhola, não existem transportes públicos transfronteiriços. Assim, tanto os mais idosos como os mais jovens, que não possuem veículos motorizados, vêm-se impedidos de visitar o país vizinho, a não ser que o façam a pé, o que os primeiros não podem fazer e os segundos não querem.

Deste modo, pode ser afirmado que o desmontamento das relações transfronteiriças na raia luso-espanhola deriva, mais do que da abertura da fronteira, de um longo processo que produziu uma mudança de “paradigmas sociais, isto é, entre diferentes modos básicos de organizar e viver a vida em sociedade” (Santos, 2002: 11).

O paradoxo, característico do discurso das ciências sociais, de que a abertura da fronteira foi responsável pelo enfraquecimento das relações entre portugueses e espanhóis ao inviabilizar a continuidade dos elos propiciados pelo contrabando, encontra-se também no discurso das próprias populações raianas, pelo que se afigura pertinente colocar a questão: que usos fazem as populações da expressão “abertura da fronteira”? No espaço que esta investigação abarca, observou-se que a abertura da fronteira resume, para os raianos, todo um longo processo de transformações que afastou as populações de ambos os lados da fronteira, correspondendo à institucionalização da vitória do novo paradigma societal sobre o que Uriarte (1994) apelidou de cultura de fronteira. A abertura da fronteira tende assim a afirmar-se nos discursos dos mais velhos como baliza entre dois tempos distintos: o tempo do contrabando, da segurança, da ordem, da alegria, da amizade, em suma dos valores positivos da ruralidade vs o tempo do egoísmo, da competição, do perigo, do caos, ou seja, dos valores negativos que atribuem ao presente.

O processo de declínio do mundo rural a partir de meados dos anos 60, solidamente laçado com o declínio do contrabando, que implicou a “ruptura



dos aglomerados locais com o espaço que os rodeia” (Baptista, 2003: 60) e a actual orientação do espaço remanescente da agricultura para funcionalidades turísticas, deve aqui ser interrogado, tendo em atenção o papel que a fronteira e o contrabando ocupam na sua construção como lugar turístico.

O turismo constitui uma reserva de esperança que sustenta os discursos sobre o futuro das zonas rurais de fronteira proferidos pelas várias escalas de poder, de Bruxelas ao poder local. Com efeito, o futuro tornou-se, no discurso sobre a área em estudo, sinónimo de turismo. Esta equação parece decorrer mais de uma crença do que duma evidência de que o turismo possa criar postos de trabalhos e assim fixar ou mesmo atrair populações, visto ser muito reduzido o número de pessoas que retiram proventos desta actividade. Apesar do concelho de Idanha-a-Nova ter vindo a ser apontado como o mais dinâmico da Beira Interior Sul no que concerne ao turismo, exceptuando as freguesias de Monfortinho, Monsanto, Idanha-a-Velha e Penha Garcia, nas restantes 13 freguesias do concelho, o papel do turismo é residual, encontrando-se praticamente circunscrito ao turismo cinegético. As contradições entre este discurso e os reais benefícios do turismo em espaços rurais têm, de resto, vindo a ser denunciadas por vários investigadores que defendem que o número de postos de trabalho criado pelo turismo em espaços rurais é muito diminuto, maioritariamente sazonal, e com muito baixa remuneração (Ribeiro e Marques, 2002; Silva 2006).

As várias vertentes do turismo promovido no concelho - termalismo (Termas de Monfortinho), turismo cultural nas aldeias históricas (Monsanto e Idanha-a-Velha), turismo natureza (maioritariamente na área do Parque Natural do Tejo Internacional e Penha Garcia), turismo rural, etc - unificam-se, volatilizando-se na constituição de slogans e pequenos textos promocionais que caracterizam sumariamente o concelho. Atente-se em dois textos:

“De remoto e isolado, [o concelho] tornou-se o cenário ideal para quem procura o descanso, mas também a aventura e o lazer, em alternativa ao quotidiano de stress da cidade”⁹

“Com um bom nível de preservação, esta região pôde assim oferecer para além do ‘belo’, a liberdade, serenidade e a autenticidade que os destinos do litoral e urbanos não conseguem oferecer. Aqui o turista pode voltar às origens, reencontrar-se com si próprio, em perfeito descanso e silêncio, com todo o tempo do mundo e paisagens a perder de vista, meditando e reencontrando as relações humanas sinceras, simples, sem competição, usufruindo de uma experiência multisensorial única”¹⁰

Estes trechos, passíveis de serem utilizados para publicitar muitos outros espaços rurais, estatuem-se sobre a exaltação das “virtualidades regeneradoras e terapêuticas” dos espaços rurais definidos por oposição às cidades (Williams, 1973) - explorando ideias fortes associadas aos campos enquanto espaço de “nostalgia” (Marx, 1964; Lowenthal, 1985) ou de “ideário pastoral” (Marx, 1964; Silva, 2004) - nutrin-do-se das próprias fragilidades demográficas e económicas do concelho que o turismo supostamente viria combater.

Contudo, no que a esta investigação respeita, torna-se particularmente relevante a equivalência entre campo e portugalidade, ou lugar onde a essência da nação se oferece à contemplação (acomodando-se assim a processos de mercadorização e turistificação), explícita no *slogan* de desdobráveis distribuídos nos Postos de Turismo do município: “Um segredo muito bem guardado. Idanha-a-Nova, provavelmente o concelho mais português de Portugal”¹¹.

⁹ Câmara Municipal de Idanha-a-Nova (s.d) *Um segredo muito bem guardado. Idanha-a-Nova, provavelmente o concelho mais português de Portugal*. Idanha-a-Nova: CMIN, pág: 2.

¹⁰ Câmara Municipal de Idanha-a-Nova (2005) *Adufe* (7): 23.

¹¹ *Slogan* adaptado do título atribuído a Monsanto (freguesia do

A conexão entre campo e paisagem nacional e o seu papel nos processos de construção das nações ocidentais (Lowenthal; 1996) constitui um denominador comum a várias áreas da produção intelectual portuguesa implicadas no processo de construção da nação, nomeadamente na antropologia (Leal, 2006). O slogan “Idanha-a-Nova, provavelmente o concelho mais português de Portugal” vem apenas reforçar a equivalência entre mundo rural e portugalidade através da adição de um elemento de elevada eficácia retórica: a atribuição do Galo de Prata a Monsanto. Ora, este slogan revela-se útil para pensar o olhar turístico sobre os espaços rurais fronteiriços.

A desvitalização da maioria das freguesias da raia portuguesa acomoda-se a processos de patrimonialização e turistificação do seu carácter de “repositórios de portugalidade”, para o qual concorre tanto o vasto território fronteiriço enquadrado em áreas protegidas sob diferentes categorias¹², como a rede de fortificações da raia. Nas últimas décadas muitas destas fortificações foram objecto de intervenção com vista à sua conservação, sendo que algumas foram mesmo reconstruídas após terem sido total ou parcialmente destruídas pelas populações num longo processo de reutilização dos seus materiais na cons-

trução de habitações.

Esta imagem turística da raia como repositório e simultaneamente guardião de portugalidade, no caso de Idanha-a-Nova revelando-se em boa medida devedora dos processos de encenação turística da nação enquanto “bucólica arcádia” (Pires, 2003: 17) promovidos pelo Secretariado de Propaganda Nacional / Secretariado Nacional de Informação (SPN / SNI), acomoda-se mal a processos de mercadorização das culturas de fronteira ou de modos de vida raianos, habitualmente representados através de imagens que constantemente ferem a ideia de reduto de portugalidade. A este nível o contrabando constitui um bom exemplo. Apesar dos discursos sobre contrabando colhidos em Idanha declararem um profundo nacionalismo, a imagem generalizada na sociedade portuguesa sobre o contrabandista fá-lo corresponder ao herói associado à aventura, à liberdade, ao bandidismo, ou a alguém que por não se ater às leis do Estado ou viver entre dois Estados é representado como exterior à nação. Esta imagem poderá explicar o facto dos processos de mercadorização turística do contrabando se enquadrarem apenas no formato do turismo activo ou aventura, como revelam as rotas de contrabando efectuadas no município que assentam mais em processos de monumentalização da paisagem do que do contrabando¹³.

concelho de Idanha) de “Aldeia mais portuguesa de Portugal” no concurso realizado pelo Secretariado de Propaganda Nacional em 1938. (ver sobre este assunto Brito, 1982; Félix, 2003). Como refere Pedro Félix, o concurso “foi uma das ferramentas” da institucionalização do regime que “ideológica e retoricamente vinham substituir a primeira república e, simbolicamente, se distanciava da Espanha em guerra, em particular da república espanhola.” (2003: 210, 211). A evidência de que a eleição de Monsanto veio recordar à sua população os seus deveres para com a pátria, através da glorificação do seu passado bélico e vitorioso sobre os inimigos da mesma num momento particularmente crítico para o Estado Novo, revela o significado acrescido do Galo de Prata (prémio atribuído) colocado no topo da Torre de Lucano, neste sentido equiparável ao castelo enquanto signo de poder do Estado-nação.

¹² Parque Nacional da Peneda-Gerês, Parques Naturais de Montesinho, Tejo Internacional, Serra de S. Mamede e Vale do Guadiana, Reservas Naturais da Serra da Malcata, do Sopal de Castro Marim e Vila Real de St.º António.

¹³ As rotas do contrabando que têm vindo a ser realizadas no concelho inserem-se numa vasta oferta de percursos pedestres. Em 2006, a Revista *Adufe* anunciou a realização de 16 produtos deste tipo dedicados aos mais variados temas: Rota da Egitânea, Rota dos Abutres, Rota da Idanha, Rota de Monsanto, Rota do Contrabando, Rota dos Barrocais, Rota dos Fósseis, Rota das Minas, Percurso dos Veados e Alares, etc. Nos anos de 2003 e 2004 acompanhei a Rota do Contrabando a Cavalos de Penha Garcia. Realizada na Primavera, esta rota consiste num passeio a cavalo entre Penha Garcia e a fronteira através do Vale Feitoso, incluindo um almoço servido na margem portuguesa do rio. Apesar de o líder de uma quadrilha de *cafezeiros* ter acompanhado o passeio e se ter disponibilizado para responder a questões sobre contrabando, foram poucas as questões colocadas dado os participantes serem maioritariamente do concelho de Idanha-a-Nova e já terem participado em edições anteriores da mesma rota. Deste modo, o contrabando é, nesta rota, apenas um pretexto para a realização de um passeio



O estereótipo do contrabandista como figura exterior à nação, em boa medida análogo à leitura proposta pelas ciências sociais do contrabando como expressão de um conflito entre Estado e raianos, convoca, quanto a mim, uma reavaliação. Como foi visto, o conflito que emerge nos discursos sobre o contrabando proferidos na raia de Idanha tem como interlocutor sobretudo os vizinhos do outro lado da fronteira (autoridades e contrabandistas espanhóis) e não o Estado português. Note-se que os elementos que integravam as autoridades portuguesas (Guarda Fiscal), que aqui materializavam o Estado, eram oriundos de aldeias raianas muito próximas, muitos deles contrabandistas até ingressarem na Guarda Fiscal e, maioritariamente, filhos e/ou netos de contrabandistas. Note-se ainda que as recorrentes referências aos conflitos ocorridos com receptadores ou autoridades de localidades situadas do outro lado da fronteira envolvem processos já descritos por Sahlins (1991) e Silva (1999) assentes no “deslize” das críticas tecidas aos seus interlocutores de um plano individual ou local, para o plano nacional. A frase proferida por um contrabandista de Penha Garcia: “os espanhóis sempre gostaram de fazer morcelas com o sangue dos portugueses”, enquanto descrevia o comportamento de um guarda civil dito como particularmente agressivo, é disto exemplo.

equestre através de uma paisagem primaveril muito apreciada pelos participantes.

BIBLIOGRAFÍA

- AAVV (2007) *Jornadas do Contrabando. Actas*. Sabugal: Sabugal +.
- ABELHO, A. (1955) *Arraianos. Histórias de contrabandistas & malteses*. Lisboa: edição de autor.
- AFONSO, A. I. (2003) “Fronteiras da memória. Inquérito oral e recriação de imagens numa aldeia da raia luso-espanhola”. Em FREITAS BRANCO, J. et al. (eds.) *Retóricas sem fronteiras. I*. Oeiras: Celta, pág. 27-40.
- AMANTE, F. (2004) *Fronteira e identidade. Construção e representação identitárias na raia luso-espanhola. Dissertação de doutoramento em Ciências Sociais*. Lisboa: ISCSP / policopiado.
- BAPTISTA, D. (2005) “Apontamentos sobre os caminhos do ‘contrabando’”. Em JACINTO R. et al. (eds.) *Territórios e Culturas Ibéricas*. Porto: Campo das Letras, pág. 148-163.
- BAPTISTA, F. O. (2003) “Um rural sem território”. Em PORTELA, J. et al. (eds.), *Portugal Chão*, Oeiras: Celta, pág. 47-66.
- BARRETO, A. (ed.) (1996) *A Situação Social em Portugal*. Lisboa: ICS.
- BRITO, J. P. (1982) “O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal”. Em *O Fascismo em Portugal*. Lisboa: A Regra do Jogo, pág. 511-532.
- CABANAS, A. (2006) *Carregos. Contrabando na raia central*. Lisboa: Artemágica.
- CABEZUDO RODAS, A. M.; GUTIÉRREZ CASALÁ, J. L. (2007) *El contrabando. Crónicas de una Extremadura amarga*. Badajoz.
- CÁCERES, R.; VALCUENDE DEL RÍO, J. M. (1996) “Hacer los portes, el estraperlo y otras formas de contrabando”. PALENZUELA, P. (ed.) *Antropología del Trabajo. VII Congreso de Antropología Social*. Zaragoza: FAEE.
- CAMPINAS, A. V. (1986) [1952] *Fronteiriços*. Tomar: Nova Realidade.
- CAVACO, C. (ed.) (1995) *As regiões de fronteira: Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado*

- Único Europeu. Lisboa: CEG / UL.
- CONNERTON, P. (1993) *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta.
- CUNHA, L. (1999) “Contrabando e Guerra civil: memórias de uma terra de fronteira”. Em PUJADAS, J.; DIÁZ, E. M.; BRITO, J. P. (eds.), *Globalización, fronteras culturales y políticas y ciudadanía – Actas del VIII Congreso de Antropología*, vol I, Santiago de Compostela, FAAEE / AGA, pág. 89-98.
- CUNHA, L. (2005) “A herança do contrabando entre a memória e o mercado”. Em VALCUENDE DEL RÍO, J. M. et al (eds.) *Las políticas de la memoria en los sistemas democráticos: poder, cultura y mercado*. Sevilla: Fundación El Monte, pág. 91-108.
- CUNHA, L. (2006a) *Memória social em Campo Maior*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- CUNHA, L. (2006b) “Do contrabando à indústria de torrefacção de café em Campo Maior”. *Etnográfica*, X (2): 251-262.
- CUTILEIRO, J. (1977) *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa.
- DIAS, J. (1981) [1953] *Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril*. Lisboa: Presença.
- FÉLIX, P. (2003) “O concurso «A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal»”. Em CASTELO-BRANCO, S.; FREITAS BRANCO, J. (eds.) *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta, pág: 207-232.
- FERNANDES, M. (2006) *Terra de Catarina. Do latifúndio à Reforma Agrária. Ocupação de Terras em Baleizão*. Oeiras: Celta.
- FERREIRA DE CASTRO, J. M. (1990) [1934] *Terra Fria*. Lisboa: Guimarães Editores.
- FERREIRA, J. C. (2005) “Comércio é comércio... ou não?” Em JACINTO, R; BENTO, V. (eds.) *Territórios e Culturas Ibéricas*. Porto: Campo das Letras, pág. 143-147.
- FONSECA, I.; FREIRE, D. (2003) “O contrabandista, já se sabe, era da oposição. Discursos em torno do contrabando”. *Prohistoria*, 7(7): pág. 51-74.
- FONSECA, M. (1984) [1958] *Seara de Vento*. Lisboa: Editorial Caminho.
- GODINHO, P. (1995) “O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da raia transmontana”. *A Trabe de Ouro*, 2(6): pág. 209-222.
- LAVADO, A. (2006) “Contrabando, o jogo do jogo: do social e do cultural nos modos de reproduzir e perenizar os quadros sociais da memória”. *Revista de Ciências Sociais e Humanas*, 18: pág. 295-318.
- LEAL, J. (2000) *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- LOWENTHAL, D. (1985) *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LOWENTHAL, D. (1996) “Paysages et identités nationales”. Em JOLLIVET, M.; EIZNER, N. (eds.) *L'Europe et ses Campagnes*. Paris: PFNSP, pág. 245-274.
- LUZ, I. (1998) *O contrabando em Montalvão. Estudo sobre o contrabando tradicional*. Lisboa: FCSH / policopiado.
- MAÇARICO, L. (2005) *Memórias do contrabando em Santana de Cambas*. Santana de Cambas: Junta de Freguesia de Santana de Cambas.
- MARQUES, J. F. (2004) “O contrabando no romance contemporâneo português”. Em SILVA, F. R. et al (eds.) *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos. II*. Porto: FLUP, pág. 669-695.
- MARTINS, A. (1955) *Contencioso aduaneiro e legislação coordenada sobre açambarcamento, especulação, delitos contra a economia e matança clandestina*. S.l.
- MARTINS, J. (1959) *Drama sob as nuvens*. S.l.
- MARX, L. (1967) *The Machine in the Garden: Technology and the Pastoral Ideal in America*. Oxford: Oxford University Press.
- MEDINA GARCÍA, E. (2003) *Contrabando en la*



- raya de Portugal*. Cáceres: Diputación Provincial de Cáceres.
- MELÓN JIMÉNEZ, M.A. (1999) *Hacienda, comercio y contrabando en la frontera de Portugal (siglos XV-XVIII)*. Cáceres: Cicon ediciones.
- MONTEMOR, N. (2003) [1939] *Maria Mim*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal.
- NAMORA, F. (1981) [1946] *Minas de San Francisco*. Amadora: Livraria Bertrand.
- NAMORA, F. (1994) [1950] *A noite e a madrugada*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- PINHO, F. (1995) *A música tradicional de Penha Garcia: continuidade e mudança*. Lisboa: FCSH/UNL / Policopiado.
- PIRES, E. (2003) “Aquarelas da nação: turismo, mobilidades em lazer e nacionalismo: as pousadas do SPN / SNI (1942-1948)”. EM FREITAS BRANCO, J.; AFONSO, A. I. (eds.) *Retóricas sem Fronteiras. I*. Oeiras: Celta, pág. 15-25.
- PRISTA, P. (1998) “O turismo nos campos”. Em ABRIL EM MAIO e SOS RACISMO *Essas outras histórias que há para contar*. Lisboa: Salamandra, pág. 156-153.
- RAMOS, L. et al. (2001) *O contrabando e outras histórias*. Porto: FL.
- REDFIELD, R. (1956) [1989] *Peasant Society and Culture*. Chicago: UCP.
- RIBEIRO, Aquilino (1985) [1943] *Volfrâmio*. Amadora: Bertrand Editora.
- RIBEIRO, M.; MARQUES, C. (2002) “Rural Tourism and the development of less favoured areas-between rethotic and pratice”. *International Journal of Tourism Research*, 4: pág. 211-220.
- RODRIGUES MIGUÉIS, J. (1989) [1981] *O pão não cai do céu*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SAHLINS, P. (1991) *Boundaries: The Making of France and Spain in the Pyrenees*. Berkeley/Los Angeles/Oxford : University of California Press.
- SALVADO, P. (1996) *Relações transfronteiriças na raia do concelho de Idanha-a-Nova (Tempo, espaço e memória)*. Lisboa: FCSH/UNL / Policopiado.
- SANTINHO, M. C. (1984) *Quadrázais. Terra de contrabando*. Lisboa: FCSH / policopiado.
- SANTOS, B. S. (2002) [1994] *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- SCOTT, J. (1976) *The Moral Economy of the peasant*. Yale University Press.
- SILVA, L. (1999) *Identidade Nacional: Práticas e Representações num Contexto de Fronteira. (Tese de Mestrado em Antropologia)*. Lisboa: ISCTE / Policopiado.
- SILVA, L. (2006) *Processos de Mudança nos Campos: O Turismo em Espaço Rural. (Tese de Doutoramento em Antropologia)*. Lisboa: ISCTE / Policopiado.
- TORGA, M. (1999) [1944] *Novos Contos da Montanha*. Lisboa: Dom Quixote.
- URIARTE, L. (1994) *La Codosera: Culturas de Frontera e Fronteras culturales en la raya Luso-Estremeña*. Mérida: A.E.
- VALCUENDE DEL RÍO, J. M.. (1998) *Fronteras, Territorios e Identificacio nes colectivas*. Sevilla, Fundación Blas Infante.
- VIEGAS, J.; FIRMINO DA COSTA, A. (eds.) (1998) *Portugal, que modernidade?*. Oeiras: Celta.
- WILLIAMS, R. (1989) [1973] *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras.

RESUM

Amb aquest text pretenc compartir alguns resultats i interrogants resultat d'una investigació realitzada en l'àmbit d'un doctorat sobre gestió pràctica de frontera i processos d'identificació a la *raia* central lusitana-espanyola. Aquest article es centra en una anàlisi dels discursos sobre el contraban recollits en dues *freguesias* del *concelho* d'Idanha-a-Nova i en el paper del contraban en la construcció d'aquest *concelho* com a lloc turístic. A través d'aquesta anàlisi qüestiono la idea de conflicte entre els contrabandistes i l'Estat, idea que ha orientat gran part de l'anàlisi antropològica sobre el tema en aquesta frontera i que no ha estat objecte de debat.

[CONTRABAN, FRONTERA ESPANYOLA-PORTUGUESA, IDANHA-A-NOVA, CANVIS SOCIALS, TURISME]

RESUMEN

Con este texto pretendo compartir algunos resultados e interrogaciones fruto de una investigación efectuada en el ámbito de un doctorado sobre gestión práctica de frontera y procesos de identificación en la *raya* central luso-española. Este artículo se centra en un análisis de los discursos acerca del contrabando recogidos en dos *freguesias* del *concelho* de Idanha-a-Nova y en el papel del contrabando en la construcción de ese *concelho* como lugar turístico. A través de este análisis cuestiono la idea de conflicto entre los contrabandistas y el Estado, idea que ha orientado gran parte del análisis antropológico sobre el tema en esta frontera y que no ha constituido objeto de debate.

[CONTRABANDO, FRONTERA HISPANO-PORTUGUESA, IDANHA-A-NOVA, CAMBIOS SOCIALES, TURISMO]

ABSTRACT

In this paper I intend to share some results and emerging questions from my most recent research work towards a PhD on local-level practices and identity processes in the Luso-Spanish border. This article is primarily concerned with the analysis of discourses on smuggling collected in two *freguesias* (parishes) in the *concelho* (municipality) of Idanha-a-Nova and with the role played by smuggling in the construction of the latter as a tourist place. Through this analysis I interrogate the idea of conflict between smugglers and the state, which has guided most of the anthropological studies on this subject relating to this border, which has been taken for granted without further debate.

[SMUGGLING, LUSO-SPANISH BORDER, IDANHA-A-NOVA, SOCIAL CHANGE, TOURISM]

